

SINTAP defende medida compensatória

O Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública (SINTAP) dos Açores considerou que a compensação remuneratória para os funcionários públicos regionais decidida pelo governo açoriano é "globalmente favorável aos trabalhadores".

"É bom não esquecer que através desta remuneração compensatória se visa atenuar os impactos altamente negativos das medidas do OE, pelo que se considera que a medida aprovada pelo governo regional é globalmente favorável aos trabalhadores", refere uma nota do SINTAP/Açores.

A medida decidida pelo executivo regional abrange os funcionários públicos regionais com vencimentos mensais entre 1500 e 2000 euros, pretendendo minimizar o impacto das medidas de combate à crise impostas pela República.

"O SINTAP/Açores considera ter sido o OE2011 que colocou os trabalhadores com remunerações superiores a 1500 euros numa situação de aperto financeiro e não a medida tomada pela Região, que atenua os impactos negativos previstos pelo OE", salienta a nota.

O sindicato criticou ainda as "medidas altamente penalizadoras dos rendimentos dos trabalhadores" que constam do OE2011, considerando "difícil para o cidadão aceitar o apertar do cinto", numa altura em que "se continua a assistir à atribuição de salários principescos a gestores públicos cujas empresas apresentam sistematicamente resultados negativos".

"É preciso não ter vergonha para pedir a quem trabalha, que não teve mordomias políticas e nunca governou, que pague uma crise para a qual não foi responsável", conclui. **LUSA**



SINTAP crítico em relação a Lisboa



Medida aprovada na Assembleia Regional continua a gerar muita polémica

Governo recebe apoio da oposição quanto à compensação salarial

PAULO FAUSTINO
pfaustino@corriantoriental.pt

O Governo Regional já recebeu o apoio de vários partidos da oposição no arquipélago relativamente à polémica que o opõe a vários sectores políticos nacionais, a propósito da compensação remuneratória para os funcionários públicos açorianos, em 2011.

O CDS-PP Açores apoia a medida, alegando que "quando um governo regional, no exercício legítimo das suas funções, resolve retirar verbas da cobertura de um estádio de futebol para atribuir uma compensação à empobrecida e massacrada classe média, o partido apoiou, apoia e apoiará". O líder dos centristas açorianos, Artur Lima, lamenta que "actores reformados, com empregos de luxo alcançados à conta dos cargos públicos que ocuparam e, possivelmente, beneficiários de subvenções dou-radas, venham tentar denegrir a imagem da Autonomia e dos seus órgãos de governo próprio".

O Bloco de Esquerda, através da sua coordenadora nos Açores, tam-

bém é favorável à compensação salarial na Região, criticando as afirmações do Presidente da República sobre o assunto. Segundo Zuraida Soares, Cavaco Silva "não deixa saudades", dando razão ao chefe do Executivo açoriano, Carlos César, quando este dizia que o chefe de Estado "está a dividir os portugueses".

Relativamente à compensação salarial, Zuraida Soares lamenta que a medida não tenha sido negociada com os sindicatos e que a sua abrangência seja "curta".

Também o PPM, através do seu líder nacional e deputado regional, Paulo Estêvão, aplaudiu a compensação remuneratória - apesar de defender o seu alargamento aos aposentados - e "atirou-se" a Cavaco Silva. "O que ficou novamente patente depois dos lamentáveis episódios da revisão do Estatuto Político-Administrativo é que Cavaco Silva é um adversário da autonomia açoriana". Estêvão foi mais longe nas críticas e condenou a postura do Presidente da República: "Um Chefe de Estado deve representar todos os portugueses e Cavaco Silva não está à altura do desafio e dessa exigência constitucional".

O PSD, principal partido da opo-

sição no arquipélago, considera que a medida aprovada na Assembleia Regional fomenta, internamente, a "desigualdade" entre os trabalhadores das administrações regional, local e central, devendo ter sido substituída no parlamento pela redução do IRS em 30% até ao 4.º escalão. A proposta laranja apresentada na Assembleia Legislativa, chumbada pela maioria PS, representaria um custo de 8 milhões de euros para as finanças públicas regionais, contra os cerca de 4 milhões que serão gastos se sempre avançar a compensação salarial destinada a cobrir a perda de vencimento de 3700 funcionários públicos açorianos que recebem por mês entre 1500 e 2 mil euros. O PSD não discute a legalidade da medida, mas sim a sua justiça.

Também ontem o mandatário regional da candidatura presidencial do PCP, Vítor Silva, defendeu a medida, por contrariar o impacto negativo das políticas de austeridade no país.

Entretanto, o ex-líder nacional do PSD, Marques Mendes, considerou que César revelou "completa falta de senso" ao acusar Cavaco de "dividir os portugueses".

PSD diz que Governo assumiu erro

O PSD/Açores considerou ontem que o Governo Regional "reconhece que prejudicou" os agricultores, ao ter anunciado que, pela primeira vez, os apoios do POSEI vão ser pagos em simultâneo a todos os produtores.

"Isto significa, acima de tudo, o reconhecimento do próprio Governo que a sua ineficácia tem vindo a prejudicar os agricultores durante estes anos", afirmou, em comunicado, o deputado social-democrata António Ventura, que lembrou que os social-democratas "tinham razão" nos alertas que fizeram em anos anteriores. O deputado salientou que este era um exemplo de "ineficiência e inoperacionalidade" que em outros casos persiste, exemplificando com a informação dos montantes recebidos - "além de tardar em chegar não é percebível pelo agricultor", referiu. **FP**



Alterações ao POSEI na mira do PSD

Eurodeputados socialistas nos Açores

Os deputados socialistas portugueses ao Parlamento Europeu organizam as suas próximas jornadas parlamentares nos Açores, entre sexta-feira e sábado, tendo escolhido para tema central do encontro de Ponta Delgada os desafios que a região enfrenta. Subordinadas ao tema central "Açores, um trunfo para a Europa - Os desafios e as oportunidades", as jornadas abordarão domínios como a agricultura, pescas, ciência e inovação tecnológica, formação e emprego, coesão económica e social, e visam mostrar o que de melhor se faz na região nacional. As jornadas pretendem chamar a atenção para a importância dos principais debates em curso na União Europeia e nos quais o Parlamento Europeu vai desempenhar um papel decisivo, e, nesse quadro, mostrar os desafios que os Açores enfrentam. **LUSA**

A Feira do Livro é na Livraria Solmar

Centro Comercial Solmar
Praça Central



a partir de
15 de Nov.

Remuneração compensatória pode ser alargada às autarquias

LUISA COUTO
luisa@acorianorienteal.pt

Apesar da contestação, o presidente do Governo Regional não encara a possibilidade de um retrocesso na implementação da remuneração complementar destinada a compensar a perda de vencimento dos funcionários públicos açorianos que têm um rendimento mensal entre 1500 e 2000 euros e que, por forças das medidas de contenção orçamental, irão sofrer um corte na sua remuneração. Aliás, ontem, Carlos César deixou claro que há condições para alguns avanços...

"Aguardamos algumas indicações, por parte da Associação de Municípios dos Açores, para vermos se faz sentido, ou se é essa vontade das câmaras municipais, que esta prestação também abranja a administração local", indicou, em declarações à imprensa, o governante açoriano.

Quanto à eventualidade do Representante da República para os Açores enviar ao Tribunal Constitucional o diploma da medida em causa, César assegura que faria o mesmo se estivesse na posição e possuísse alguma dúvida. Ainda assim, antes de José António Mesquita se pronunciar, o presidente do Executivo açoriano vai ser recebido numa audiência marcada para a próxima terça-feira, dia 14 de Dezembro.

"A minha intenção é, justamente, a de contribuir para que o senhor Representante da República não tenha dúvidas e, daí, o encontro que tenho marcado com ele", frisou o governante.

Na ocasião, Carlos César fez

questão de reiterar que o Executivo regional apenas exerceu uma competência legislativa que lhe é própria.

"No plano técnico e no plano jurídico, obedecemos não só aos normativos em vigor, como respondemos a um apelo de solidariedade", sustenta.

O presidente do Governo desvaloriza ainda as críticas e análises menos favoráveis à medida compensatória, mesmo que venham do interior do seu partido a nível nacional.

"Se o meu partido, em Lisboa, não estiver de acordo comigo, paciência. Se outras personalidades entenderem que o meu comportamento é desadequado ou não o

apreciarem, paciência também. Em primeiro lugar, as minhas obrigações são com os açorianos", afirmou.

César também não se diz preocupado com eventuais prejuízos para o seu capital político.

"Graças às manifestações que tenho recebido nos últimos dias, esse capital político foi claramente ampliado na minha região e entre os meus concidadãos, que são, seguramente, os que mais me interessam".

Audiência com Fernando Nobre

Após uma audiência com o presidente do Governo Regional, o candidato presidencial Fernando Nobre também se pronunciou sobre

a remuneração compensatória considerando a polémica em torno do tema uma "questão inculta" que será rapidamente ultrapassada.

Ainda no que respeita a encontros com os candidatos a Belém, Carlos César não mostrou qualquer reserva em reunir com o actual Presidente da República.

"Se o Professor Cavaco Silva, quer como candidato, quer como Presidente da República, desejar explicações ou convocar a minha presença, lá estarei, como estou, até, na minha qualidade de membro do Conselho de Estado, onde convivo com o senhor Presidente da República e dou a minha opinião para aquilo que somos considerados", rematou.



Candidato presidencial Fernando Nobre foi recebido ontem em audiência pelo presidente do Governo Regional



Presidente do TC é quem o afirma

"Se o Presidente da República tiver dúvidas, o TC esclarecerá"

O presidente do Tribunal Constitucional (TC) afirmou ontem que, "se o Presidente da República tiver dúvidas" sobre a constitucionalidade das compensações aos funcionários públicos dos Açores, o TC "esclarecerá".

"Parece que há quem tenha dúvidas e parece que o senhor Presidente da República terá dúvidas. Se ele tiver dúvidas, o TC esclarecerá", afirmou Rui Moura Ramos, à margem da cerimónia de comemoração dos 35 anos do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, que decorreu ontem em Lisboa.

Na ocasião, o presidente do TC reconheceu que não teve "oportunidade de estudar a questão", mas que foi "confrontado com a possibilidade" de Cavaco Silva ter dúvidas sobre a constitucionalidade do regime compensatório para os funcionários públicos dos Açores. **LUISA/AC**

Instabilidade de terrenos condiciona limpeza de acessos e regresso dos moradores da Fajãzinha

A instabilidade dos terrenos condiciona a operação ontem iniciada de remoção de grandes quantidades de lama e entulho acumuladas no centro da Fajãzinha desde sexta-feira, assim como o regresso a casa dos seus cerca de 80 habitantes.

Devido aos deslizamentos de terra provocados por chuvas intensas aquela localidade do concelho das Lajes das Flores ficou isolada, sendo evacuada por decisão das autoridades.

Faça à instabilidade dos taludes, a intervenção das máquinas



Terreno condiciona operações

que foi iniciada pode originar novos deslizamentos de terras, declarou à agência Lusa o director regional das Obras Públicas e Equipamentos que acompanha a operação.

Miguel Costa sublinhou que, por isso, o regresso a casa dos cerca de 80 habitantes da Fajãzinha, na sua maioria alojados no aldeamento turístico da Cuada, só deverá ocorrer de forma gradual.

Apesar de se esperar que na próxima quinta-feira seja repositivo o fornecimento de electricidade

de a freguesia e de já estar transitável uma via de acesso à Fajãzinha o retorno dos seus habitantes só será possível quando estiverem garantidas condições de segurança, referiu.

"Só com o desenvolvimento da operação agora iniciada se poderá concluir sobre a eliminação dos riscos", referiu Miguel Costa, admitindo que uma parte da freguesia se revela menos vulnerável a novos deslizamentos.

Segundo acrescentou, no núcleo central da localidade, que se desenvolve em torno da igreja,

há "risco de haver novos deslizamentos".

Ainda de acordo com o director regional das Obras Públicas e Equipamentos em declarações à TSF/Açores, "os trabalhos são trabalhos algo arriscados porque ao remover as terras depositadas, todas as restantes que estão a montante do talude e que se encontram muito instáveis podem deslizar, pelo que tudo tem de ser feito com muita cautela de modo a conseguirmos assegurar alguma estabilidade.

Em relação ao regresso a casa dos moradores da localidade, disse o responsável governamental que cada caso terá de ser visto de acordo com os relatórios dos técnicos do Laboratório Regional de Engenharia Civil. **LUISA/RIM**

AUTO WM
Serviços Auto, Lda.
REPARAÇÃO DE VEÍCULOS ALTERNATIVA DE TODAS AS MARCAS
de Walter Medeiros S.A.

PIRELLI GT RADIAL

FULLRUN Continental
PNEUS PARA EMPILHADORES

Não compre sem nos consultar. Garantimos a melhor relação Preço / Qualidade
TODAS AS MEDIDAS

Montagens Grátis. Na compra de 4 pneus, calibragem e alinhamento de direcção grátis

OFICINA CERTIFICADA POR ZARAGOZA

Estrada Regional 77 - Relva - 9500-655 Ponta Delgada | Horário Stand Peças das 08:30h às 18:00h | Sábado das 08:30h às 12:30h | Tel.: 296 30 20 30 | Peças: 296 30 20 36
Pico D'Água Park - Ribeira Grande | Horário Peças/Oficinas: 08:30 às 17:00 Sab e Dom. Encerrado | Tel.: 296 630 900 | Telem.: 91 920 17 74 / 91 683 55 67

Eles estão de volta



RUI
SIMÕES
CRONISTA

Tem sido uma semana atribulada com espcimento nos Açores. Não sei qual vai ser o seu desenvolvimento político, desde a escrita do meu artigo até à sua publicação, mas uma coisa é certa e inquestionável, um huero a olhar para um palácio e Miguel Sousa Tavares a comentar sobre finanças regionais é a mesmíssima coisa. Não sou particularmente simpaticante do telejornal da SIC e por esse motivo não assisti aos comentários deste senhor que é, simultaneamente, escritor, advogado, comentador e quiza músico, dançarino e outros, mas via Internet consegui ouvir, nos seus comentários, as maiores barbaridades num inventariado de ignorância compulsiva. Foi um autêntico apelo ao anti regionalismo e anti autonomias. Até da factura da electricidade, fukou sem perceber daquilo que estava a falar demonstrando que não conhece os Açores e possivelmente pensa que os Açores ficam ali ao virar da esquina e, possivelmente, porque coího é contra o pagamento das portagens, não se desloca ao Arquipélago. Enfim, sei que este senhor tenta ser irreverente e engraçado mas deveria sê-lo, não num espaço nobre de informação, mas sim num qualquer circo de entrada gratuita. fim de capítulo.

De volta estão os fundamentalistas do cavacismo. E estes idólatras de Cavaco Silva são o sinal mais que inequívoco da veracidade do atentado à ordem pública e violação

de soberania e instituição portuguesa que os sirva chazeiramente, candidato e presidente da República protagonizaram manipulação e deturpação da letra da lei na Constituição Portuguesa, para desferir mais um ataque desmedido à nossa autonomia. O desespero e rancor de Cavaco Silva foram tão impróprios que os "perfilhados" tiveram que vir a campo em defesa do "padrinho". E vieram a luz do dia porque as sondagens assim o permitiram.

Não sou jurista e Cavaco Silva muito menos o é, mas no bom senso percebe-se que os legisladores impõem um espírito de protecção e não de agressão na produção de qualquer lei. Isto é basililar nas sociedades civilizadas. O valor da CP está no seu espírito proteccionista e não na soma da letra para benefício particular. Mais grave é manipular e usar a CP como arma de arremesso político. Evindo de um Presidente da República põe o nosso sistema democrático em risco.

Cavaco Silva está em regime de insolven-

cia de substância política derivado para uma inteligência artificial. O mesmo chip que engolia a CP é o mesmo chip que faz com que Cavaco Silva não passe para a página seguinte e se modernize sensatamente. Basta perceber que dos mais variados regimes de excepção no pacote de austeridade Cavaco Silva apenas se insurgiu contra o da Região Autónoma dos Açores e a razão deste procedimento é fácil de perceber. Cavaco Silva passou por cima de tudo e todos para colher simpatias numa divisão da população, não se preocupando na desordem que essa caça ao voto provocaria e particularmente, não se preocupando com a ingrata tarefa com que fica o PSD/A.

Seguindo o raciocínio do valor da CP percebe-se que Carlos César no regime de excepções não discriminou ninguém porque, está explícito que o espírito que moldou o regime foi elevado, no carisma de protecção, na medida da disponibilidade financeira numa tentativa de suavizar, dentro do exequível, o impacto do pacote de austeridade. Seria discriminação se essa possibilidade pudesse ser extensiva e não se aplicar nessa razão.

Claro que beneficiou alguns, e seria sensato não beneficiar estes por via de uma maldadada discriminação? Aqui sim, teríamos uma discriminação proposada porque não beneficiava aqueles que o poderiam ser. Não foi possível para todos mas temos que respeitar e valorizar que foi possível para alguns. Claro que a inveja, o rancor, a ganância e a desumanização corrompem os oportunistas.

Sensatez é algo que não se compra e temos assistido a um verdadeiro "analfabetismo" de consciência que amoedaça qualquer alma. Isto para quem ainda não a vendeu! *

Se quiser e algo que não se compra e temos assistido a um verdadeiro "analfabetismo" de consciência que amoedaça qualquer alma. Isto para quem ainda não a vendeu!

"Cantar de galo!"



VENTO ENCANADO
JORGE
MACEDO
ENGENHEIRO MECÂNICO *

"Galo" 1 - Compensação salarial

Se fosse ao contrário também não gostávamos. Se aqui tivéssemos de cortar salários e Sócrates inventasse lá fora uma compensação para os funcionários públicos ... a malta perguntava: "como é que é? Ou comem todos ou não come ninguém!"

Carlos César levantou as "lebres" todas de uma vez e deixou os açorianos no meio da "carreira de tiro". Na prática, o país inteiro ficou a saber que entre o "deve e haver" da crise - aumento do IVA, redução dos salários e transferências do Estado -, ao Governo Regional sobram 30 milhões. Bela crise!

Nem estranhei as asneiras debitadas, na mesma proporção da ignorância nacional sobre as autonomias! Miguel Macedo foi o único que identificou o carácter divisionista da medida: "nos Açores vão coexistir 2 tipos de funcionários públicos. Uns privilegiados, porque são compensados dos cortes nos salários (administração regional que ganha 1500 a 2000€) e outros penalizados, sem compensação nenhuma (trabalhadores das autarquias, policiaes, finanças e tribunais)". Afinal são todos açorianos!

Para Carlos César ganhar o "inimigo externo" e garantir palco nas TVs nacionais, os açorianos ganharam o rótulo de "mamões" dos sacrifícios alheios! Logo agora que as nossas "receitas próprias" já só co-

brem metade do Orçamento regional.

"Afiaga-me a alma" proclamar que "nos Açores mandam os açorianos". Autonomia é isso mesmo! Mas "cantar de galo" por uma medida que cria açorianos de 1ª e de 2ª ... não é engrandecer a Autonomia ... é enxovalhá-la!

"Galo" 2 - Francisco Sá Carneiro

"A política sem luta é uma sensaboria. A política sem ética é uma pouca-vergonha." Repetida por seguidores e maltratada por quantos tentaram apropriar-se do seu "ADN" político, é não só uma das afirmações mais marcantes de Sá Carneiro, como retrata a intensidade com que abraçou a causa pública.

Cometeu a "heresia" de combater as teses "socializantes" que dominavam o sistema. Quando, à falta de melhor ideia para Portugal, a "luta de classes" preenchia o vocabulário revolucionário, fundou um partido humanista, personalista e interclassista.

Para Carlos César ganhar o "inimigo externo" e garantir palco nas TVs nacionais, os açorianos ganharam o rótulo de "mamões" dos sacrifícios alheios!

ta - o PPD. Apelidado de liberal, defendeu a social-democracia e a iniciativa privada em contra-ponto ao colectivismo.

Combateu o sistema por dentro e forçou-o a mudanças que o "sistema" nunca lhe perdoou!

"Galo" 3 - Dívida à socialista: 2500 milhões

Desdobram-se em explicações, mas dos 2500 milhões de dívida os açorianos já não se livram. Os socialistas são assim! Gastam o que têm ... o que não têm ... e ainda "por conta" dos açorianos que estão para nascer.

Em 14 anos criaram 50 empresas públicas, 150 "poleiros" de administrador e duplicaram os gabinetes dos secretários regionais.

2500 milhões, sem contar com a EDA e a SATA. São 425 milhões de dívida directa; mais 450 milhões das "parcerias público-privadas"; a somar às dívidas das empresas públicas, criadas para ir à banca e viver da "mesada" do Governo Regional. É à socialista!

"Galo" 4 - Passos Coelho: Coligação ... disse ele!

"Um futuro governo de mudança precisa de mais do que a legitimidade eleitoral de um só partido". Com grande vantagem nas sondagens, Passos Coelho volta a surpreender com a proposta de coligação pós-eleitoral com o PP. Depois do que disse não pode apelar à "maioria absoluta", nem ao "voto útil" no PSD. É alto risco ou alta política?

Se "os políticos são todos iguais"? Bom ... há uns mais iguais do que outros! *

jorge_a_macedo@sapo.pt
* Deputado na ALRAA pelo PSD

Remuneração Compensatória



JOSÉ
SAN-BENTO
DEPUTADO NA ALRAA PELO PS

O anúncio da criação de uma remuneração compensatória regional para funcionários públicos açorianos provocou um verdadeiro ciclone político nacional.

Do ponto de vista quantitativo a contestação decorre da ignorância generalizada da opinião pública nacional rendida a uma certa socialização da inveja. O Governo estendeu um regime remuneratório compensatório em linha com diversas outras medidas pecuniárias semelhantes em vigor na Região há muitos anos. Fé-lo por opção política legítima, justa e transparente. Mas fê-lo, também, não só por querer apoiar trabalhadores mas sobretudo por poder financiar a medida.

Um dado curioso foi o argumento mais utilizado pela contestação qualitativa: a falta de solidariedade dos Açores face à austeridade nacional. Infelizmente, as luminárias do regime ampliaram o tema numa óptica simplificadora que não permite nem tratar em concreto dos pressupostos e méritos da medida, nem discutir os inegáveis contributos dos Açores, desde o Século XV, para a consolidação das finanças públicas e o orçamento do País.

Porém, o mais importante aspecto a destacar é que a remuneração compensatória representa uma clara afirmação do regime autonómico. A referência sobre a eventual institucionalidade da medida, levantada de forma precipitada por Cavaco Silva, só pode ser interpretada com base em dois elementos de descodificação: um de conquista da opinião pública nacional numa perspectiva eleitoral; e outro, de manifesto preconceito ideológico. Embora o PR disfarce, é notório que para o político Cavaco as autonomias são uma degenerescência constitucional e uma ameaça à unidade do Estado.

Cavaco rejeitou ser o anticiclone da polémica e optou por dividir e separar portugueses. É mais um exemplo da sua coerência política centralista e continentalista que os açorianos devem reter. *

Cavaco rejeitou ser o anticiclone da polémica e optou por dividir e separar portugueses